

Os Angolanos apercebem-se do aumento da corrupção e dizem que os cidadãos correm o risco de retaliação se a denunciarem

Afrobarometer Edição No. 906 | Carlos Pacatolo, David Boio e Rosania Sabino

Sumário

Entre 2017, ano em que o Presidente João Lourenço tomou posse, e 2022, a classificação de Angola no Índice de Perceção da Corrupção da Transparência Internacional (2017, 2022) melhorou do 167º lugar para o 116º. Esta subida de 51 lugares reflectiu as investigações e os processos judiciais do país, sugerindo um compromisso com a luta contra a corrupção, especialmente envolvendo figuras próximas do antigo Presidente José Eduardo dos Santos (VOA, 2021; Maka Angola, 2022).

Mas continuam a surgir escândalos de corrupção envolvendo altos funcionários da polícia e da justiça. Um exemplo recente foi a demissão de Eduarda Rodrigues, procuradora-geral adjunta e diretora do Serviço Nacional de Recuperação de Bens, atribuída a uma "perda de confiança," sublinhando as dificuldades persistentes no combate à corrupção (Novo Jornal, 2024).

A questão da corrupção é de extrema importância política, uma vez que as percepções de corrupção enfraquecem um dos pilares da estabilidade política, a confiança pública nas instituições (Lagarde, 2018 ; Cho & Kirwin, 2007). Isto é especialmente preocupante no contexto de um regime político autoritário eleitoral como o angolano, porque a desconfiança aprofunda os problemas de legitimidade política (Boio & Pacatolo, 2024).

No entanto, os estudos indicam que, em muitos países africanos, as reformas anticorrupção enfrentam barreiras institucionais e políticas que dificultam a sua implementação (Badlam, Foster, Billings, & DePass, 2021) e aumentam o cepticismo do público em relação à eficácia das iniciativas anticorrupção em geral (Transparency International, 2023).

Em vésperas do Dia Internacional contra a Corrupção (9 de Dezembro), este dispatch analisa a percepção que os Angolanos têm dos esforços do seu governo para combater a corrupção.

Os resultados da pesquisa do Afrobarometer 2024 mostram que um número crescente de Angolanos considera que a corrupção está a aumentar, particularmente em instituições públicas como a Presidência, o Parlamento, a administração pública e a polícia nacional. A maioria considera insuficiente o desempenho do governo na luta contra a corrupção. Muitos Angolanos afirmam ter de pagar subornos para obter serviços públicos e a maioria acredita que o cidadão comum corre o risco de sofrer retaliações se denunciar actos de corrupção.

Pesquisas do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária que fornece dados fiáveis sobre as experiências e as avaliações dos Africanos da democracia, da governação e da qualidade de vida. Desde 1999, foram concluídas nove rondas de inquéritos em 42

países. A 10.ª Ronda foi lançada em Janeiro de 2024. Os parceiros nacionais do Afrobarometer realizam entrevistas presenciais na língua da escolha do inquirido.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilingwa - Estudos de Opinião Pública, entrevistou uma amostra nacionalmente representativa de 1.200 Angolanos adultos entre 27 de Março e 19 de Abril de 2024. Uma amostra desta dimensão produz resultados a nível nacional com uma margem de erro de +/-3 pontos percentuais a um nível de confiança de 95%. Os inquéritos anteriores em Angola foram realizados em 2019 e 2022.

Principais resultados

- A maioria (54%) dos Angolanos diz que a corrupção no país cresceu “um pouco” ou “muito” durante o ano anterior ao inquérito, um aumento notável de 21 pontos percentuais em comparação com 2019.
- Quase sete em cada 10 Angolanos (68%) dizem que o desempenho do governo no combate à corrupção no governo é “bastante mau” ou “muito mau,” um aumento de 14 pontos em relação a 2019.
- Mais de seis em cada 10 Angolanos (63%) acreditam que as pessoas comuns correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se denunciarem a corrupção, um aumento de 9 pontos em relação a 2019.
- Entre as pessoas que procuraram por alguns serviços públicos durante o ano anterior, mais de metade (55%) afirma ter tido de pagar um suborno para obter assistência da polícia, 38% para evitar problemas com a polícia, 48% para obter um documento do governo e 31% para obter cuidados médicos.
- Quase metade (47%) dos Angolanos pensa que “a maioria” ou “todos” os agentes da polícia estão envolvidos em corrupção.
 - Mais de quatro em cada 10 (43%) dizem o mesmo sobre os funcionários da Presidência, um aumento de 21 pontos em relação a 2019.

Nível de corrupção e desempenho do governo

Um número crescente de Angolanos considera que a corrupção está a aumentar no país. Mais de metade (54%) dos inquiridos dizem que a corrupção aumentou durante o ano anterior ao inquérito, 21 pontos percentuais a mais do que em 2019 (33%) (Figura 1). Durante o mesmo período, a proporção dos que afirmam que a corrupção diminuiu caiu drasticamente, de 44% para 16%.

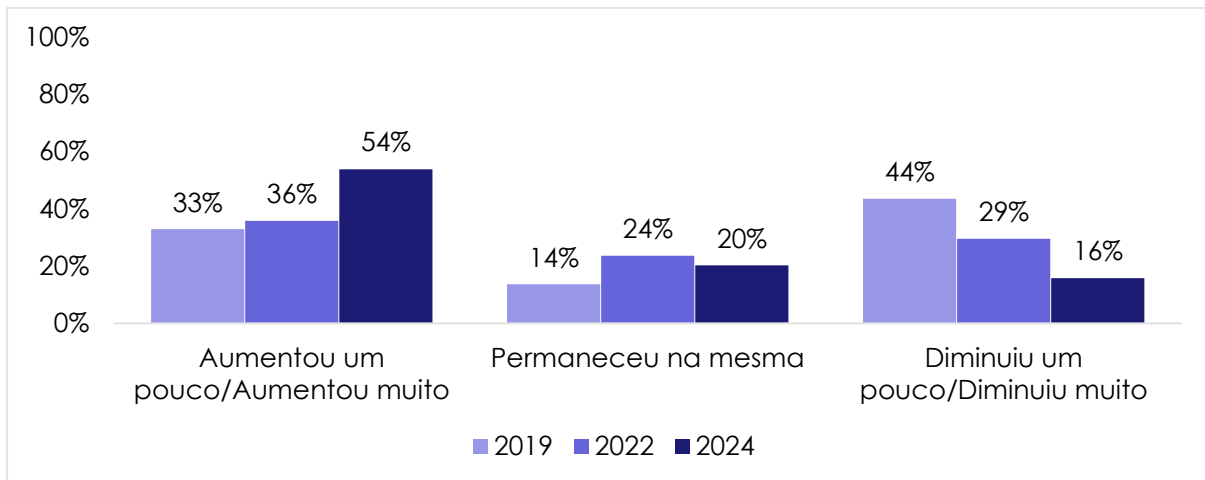
Estas avaliações podem estar ligadas a escândalos recentes que envolvem figuras de topo do sistema judicial e sugerem uma erosão da confiança pública nas promessas do Presidente de combater a corrupção.

De facto, mais de dois terços (68%) dos Angolanos dizem que o desempenho do governo no combate à corrupção é “bastante mau” ou “muito mau,” um aumento de 14 pontos percentuais em relação a 2019 (54%) (Figura 2).

Esta avaliação é particularmente difundida nas cidades (74%), nas regiões Norte e Leste (73% e 71%), e em Luanda (76%).

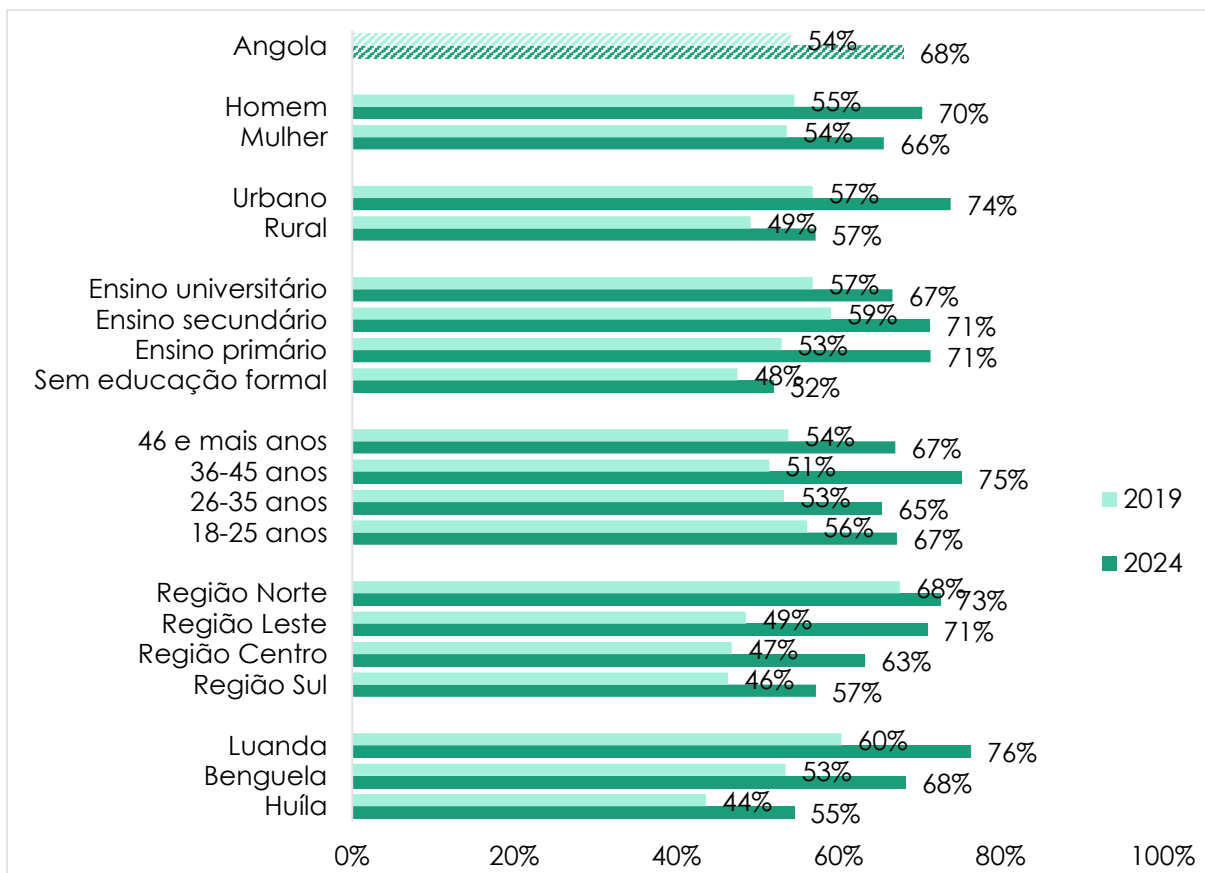
Em relação a 2019, o crescimento da prevalência desta perceção foi especialmente acentuado entre os residentes urbanos (+17 pontos percentuais), entre os homens (+15 pontos) e na Região Leste (+22 pontos).

Figura 1: Nível de corrupção | Angola | 2019-2024



Pergunta aos entrevistados: Na sua opinião, em relação ao ano passado, o nível de corrupção no país aumentou, diminuiu, ou permaneceu o mesmo?

Figura 2: O governo tem mau desempenho na luta contra a corrupção | por grupo demográfico | Angola | 2019-2024



Pergunta aos entrevistados: Até que ponto você acha que o governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Combater a corrupção no governo? (% que respondeu "razoavelmente mal" ou "muito mal")

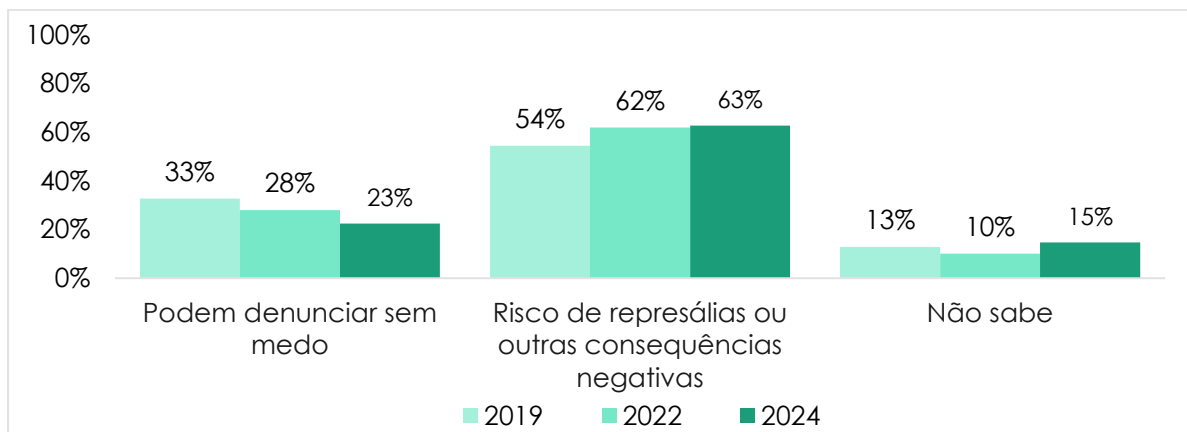
Regiões: Norte (Cabinda, Uíge e Zaire); Leste (Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico); Centro (Benguela, Bié, Cuanza Sul e Huambo); e Sul (Cunene, Huíla e Namibe)

As pessoas podem denunciar casos de corrupção sem medo?

Outra tendência preocupante diz respeito à denúncia de casos de corrupção: A proporção de Angolanos que dizem que as pessoas podem denunciar casos de corrupção sem medo de retaliação diminuiu 10 pontos percentuais, de 33% em 2019 para apenas 23% em 2024 (Figura 3). Quase dois terços (63%) dos cidadãos pensam agora que denunciar incidentes de corrupção às autoridades acarreta o risco de retaliação ou outras consequências negativas.

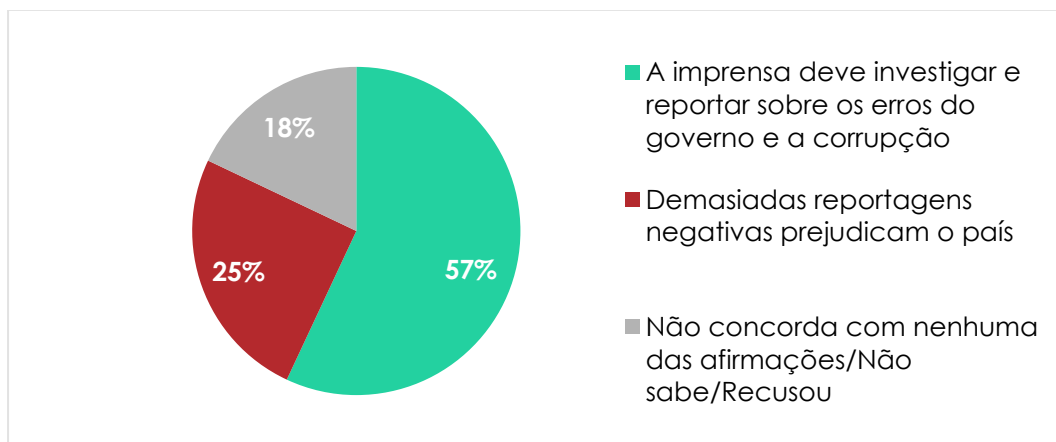
Ao mesmo tempo, os resultados mostram que existe, pelo menos, algum desejo popular de maior transparência: 57% dos cidadãos afirmam que os meios de comunicação social “devem investigar e noticiar constantemente os erros do governo e a corrupção”. Apenas um em cada quatro (25%) afirma, pelo contrário, que demasiada informação negativa só prejudica o país (Figura 4).

Figura 3: As pessoas podem denunciar casos de corrupção sem medo? | Angola | 2019-2024



Pergunta aos entrevistados: No país, as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo, ou elas correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se elas falarem?

Figura 4: A imprensa pode publicar sobre os erros e os casos de corrupção do governo? | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião?
 Afirmação 1: A imprensa deve investigar e reportar constantemente sobre erros do governo e corrupção.

Afirmação 2: Muitas reportagens sobre eventos negativos, como erros do governo e corrupção, só prejudicam o país

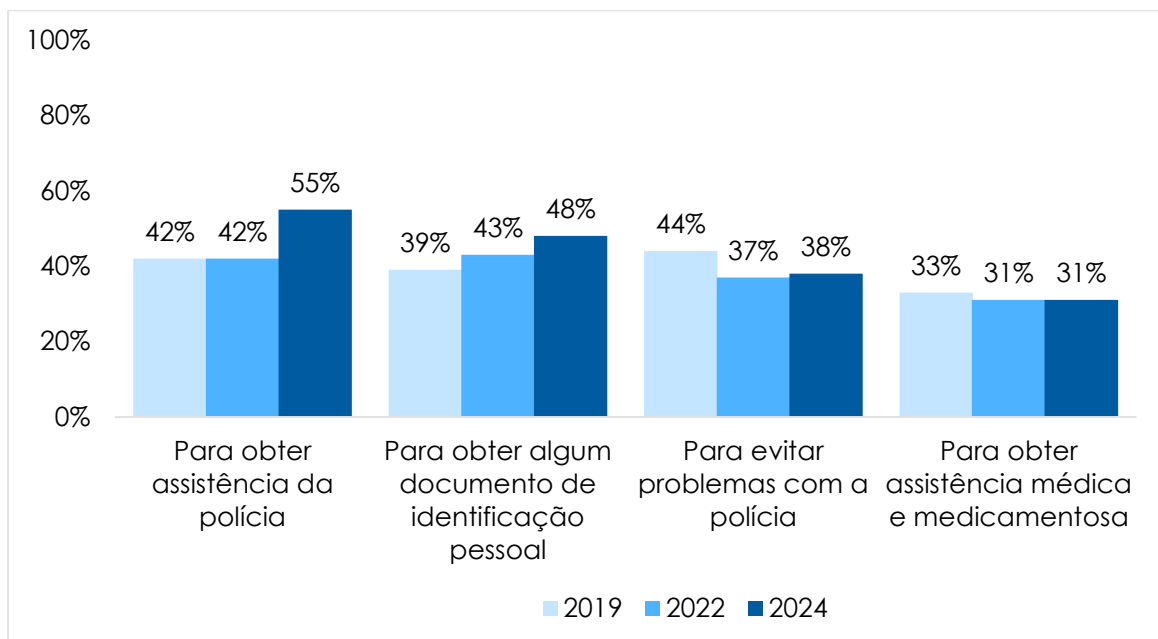
Experiência pessoal com a corrupção

Os dados sugerem que Angola, tal como a maioria dos países africanos, enfrenta uma corrupção endémica do tipo “pequena corrupção.” Entre os inquiridos que dizem ter solicitado assistência policial durante o ano anterior, mais de metade (56%) dizem que tiveram de pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor para obter a ajuda de que precisavam, acima dos 42% em 2019 e 2022 (Figura 5).

Quase metade (48%) das pessoas que tentaram obter um documento de identidade do governo, como uma certidão de nascimento, carta de condução ou passaporte, afirmam que pagaram um suborno, um aumento de 9 pontos percentuais em comparação com 2019.

Um pouco menos relatam ter de pagar subornos entre aqueles que encontraram a polícia em outras situações, como postos de controlo ou durante as paragens de trânsito (38%, abaixo dos 44% em 2019), e aqueles que procuraram atendimento num hospital ou centro de saúde públicos (31%, aproximadamente o mesmo que em pesquisas anteriores).

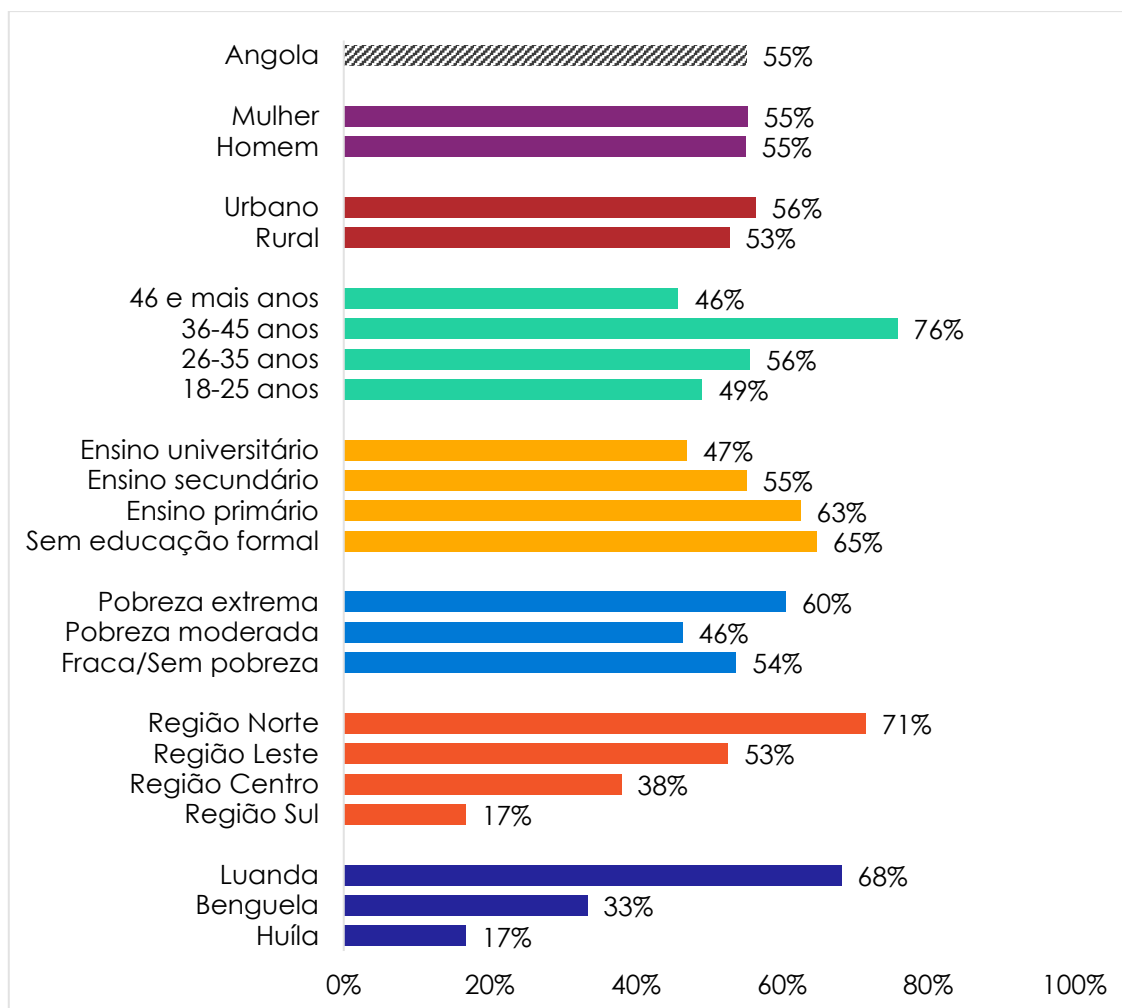
Figura 5: Pagar suborno para ter acesso aos serviços públicos | Angola | 2019-2024



Pergunta aos entrevistados que contactaram alguns serviços públicos durante o ano passado: Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa/micha, dar um presente, ou fazer um favor para [obter os serviços públicos que precisava]? (% que dizem pagou suborno “uma ou duas vezes,” “poucas vezes” ou “frequentemente”) (Os respondentes que não tiveram contacto com estes serviços estão excluídos.)

Mais de metade dos Angolanos (55%) já recorreu ao suborno para obter assistência policial. Esta prática foi mais comum entre os inquiridos com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (76%), entre os que vivem no Norte do país (71%) e na província de Luanda (68%), e entre os inquiridos com menos escolarização (65%) e os mais pobres (60%) (Figura 6).

Figura 6: Pagar suborno para obter assistência da polícia | por grupo demográfico
 | Angola | 2024



Pergunta aos entrevistados que contactaram alguns serviços públicos durante o ano passado: Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa/micha, dar um presente, ou fazer um favor para obter assistência da precisava da polícia? (% que dizem pagou suborno “uma ou duas vezes,” “poucas vezes” ou “frequentemente”) (Os respondentes que não tiveram contacto com estes serviços estão excluídos.)

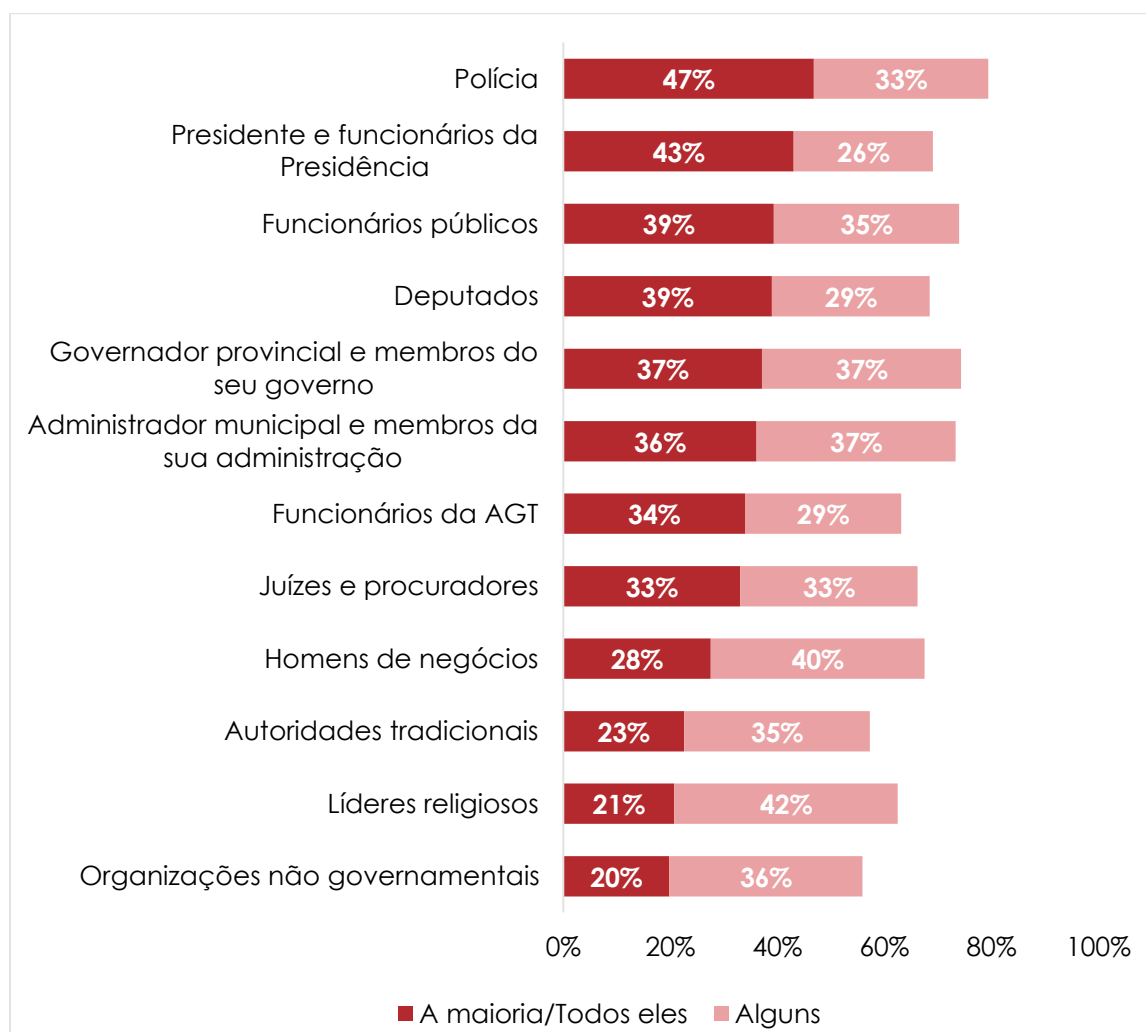
Quem é corrupto?

Entre as 12 principais instituições públicas e grupos de líderes, a polícia é a mais largamente vista como corrupta: Quase metade (47%) dos Angolanos dizem que “a maioria” ou “todos” os agentes da polícia estão envolvidos em corrupção, para além de 33% que pensam que “alguns deles” são corruptos (Figura 7).

A Presidência da República vem a seguir, com 43% dos cidadãos a dizerem que “a maioria” ou “todos” os funcionários da Presidência são corruptos, seguidos dos funcionários públicos (39%) e dos deputados (39%).

As organizações não governamentais (20%), os líderes religiosos (21%) e as autoridades tradicionais (23%) posicionam-se melhor na percepção da corrupção institucional.

Figura 7: Percepção da corrupção entre nas instituições e as lideranças | Angola
 | 2024



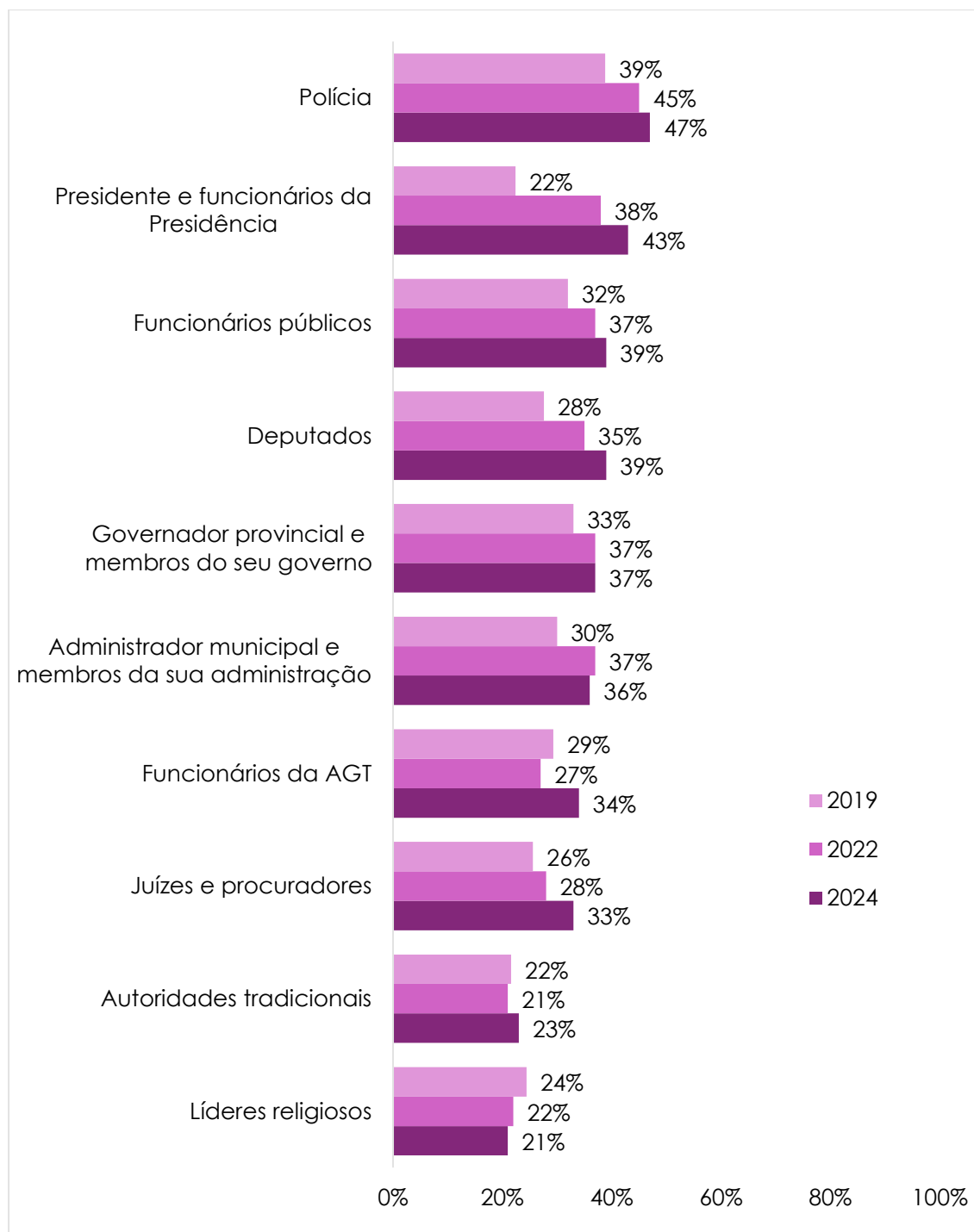
Pergunta aos respondentes: *Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião?*

Em comparação com 2019, as percepções públicas de corrupção generalizada aumentaram para todas estas instituições e líderes, exceto para os líderes religiosos e as autoridades tradicionais, incluindo um aumento de 21 pontos percentuais para a Presidência (Figura 8).

A percepção de que "a maioria" ou "todos" os funcionários da Presidência estão envolvidos em corrupção é particularmente prevalente entre os residentes de Luanda (57%) e da Região Norte (46%), os cidadãos mais escolarizados (51%), os urbanos (51%) e os homens (46%) (Figura 9).

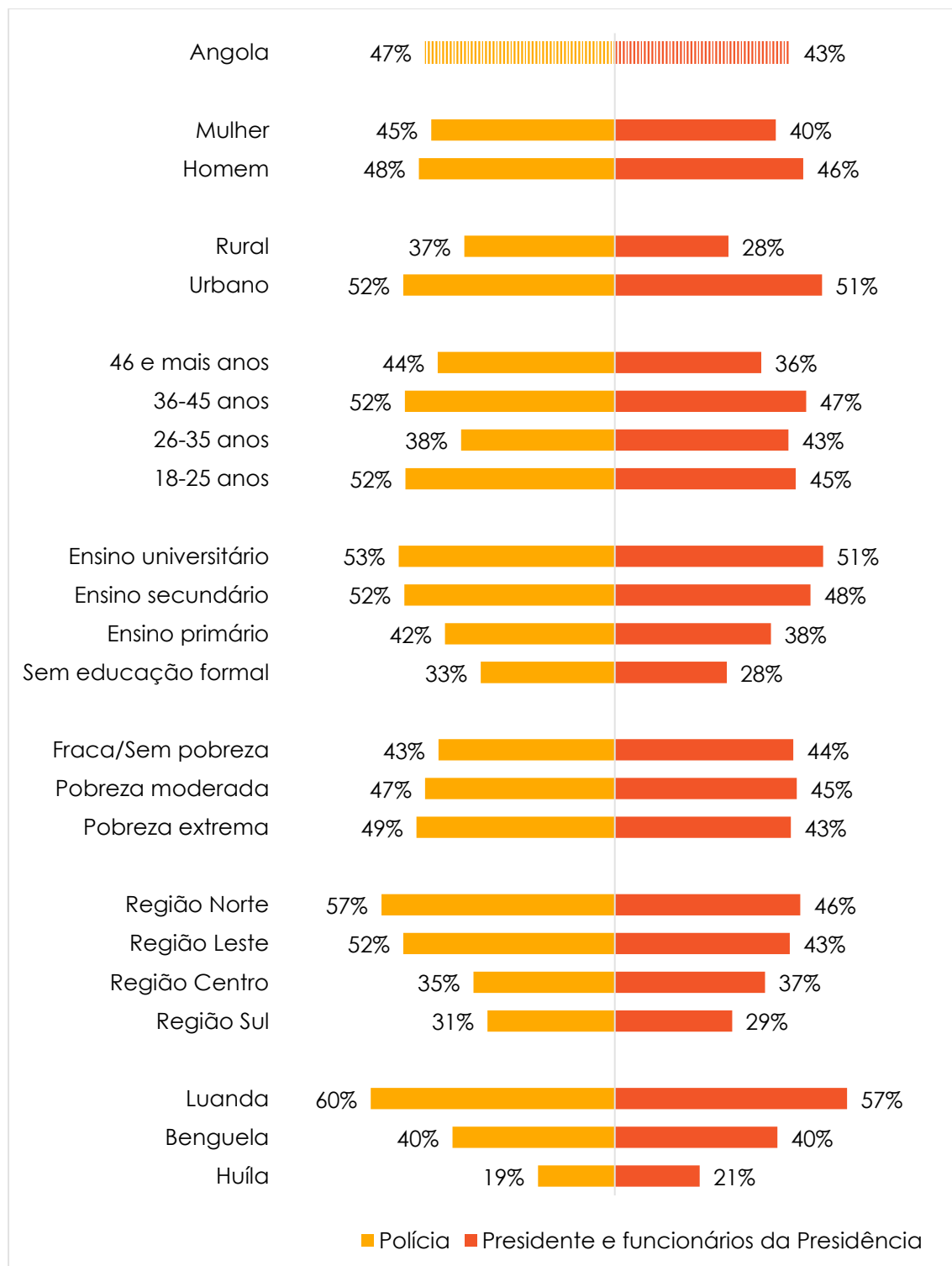
Da mesma forma, as percepções de corrupção generalizada entre a polícia são especialmente comuns entre os residentes de Luanda (60%), da Região Norte (57%) e das zonas urbanas (52%), bem como entre os inquiridos com mais escolarização (53%). Além disso, os cidadãos mais pobres (49%) são mais propensos a ver a maioria/todos os polícias como corruptos do que os inquiridos mais abastados (43%).

Figura 8: Disseminação da corrupção entre as instituições e as lideranças | Angola
 | 2019-2024



Pergunta aos respondentes: Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião? (% que disse "a maioria deles" ou "todos")

Figura 9: Percepção que a maioria/todos os funcionários da Presidência da República e os efetivos da polícia são corruptos | por grupo demográfico | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião: O presidente da República e os funcionários do seu gabinete? A polícia? (% que disse "a maioria deles" ou "todos")

Conclusão

Os resultados da pesquisa apresentam um quadro preocupante da integridade oficial em Angola, marcado por percepções generalizadas e crescentes de agravamento da corrupção em muitas instituições, especialmente na polícia e na Presidência. Este cenário que evidencia a fragilidade das principais instituições do Estado é especialmente pronunciado entre os residentes urbanos e os cidadãos mais escolarizados, talvez reflectindo o seu maior contacto com os serviços públicos e maior exposição à informação.

Estas percepções realçam os desafios que Angola enfrenta no combate à corrupção. Tal como referido por Hope (2016), a corrupção em África tende a ser sistémica e a estar enraizada nas estruturas políticas, o que dificulta a realização de reformas eficazes e gera um ciclo de desconfiança pública. Bayart (2009) argumenta que, em muitos regimes africanos, a corrupção é utilizada como um instrumento para manter redes de clientelismo e perpetuar o poder político. As reformas iniciadas pelo Presidente João Lourenço desde 2017 parecem ter tido um impacto prático limitado, uma vez que a população manifesta um cepticismo crescente em relação à capacidade do governo de combater a corrupção. Consequentemente, a situação em 2024 reflecte uma necessidade urgente de reformas estruturais e de uma maior responsabilização para inverter a tendência ascendente das percepções de corrupção e restaurar a confiança nas instituições públicas.

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e rodada de inquérito. É fácil e gratuito em www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Referências

- Badlam, S. B., Foster, D., Billings, T., & DePass, G. A. (2021). A promising future: Angola's recent efforts to combat corruption. Ropes & Gray. 6 de Outubro.
- Bayart, J.-F. (2009). *The state in Africa: The politics of the belly*. 2nd ed. Polity Press.
- Boio, D., & Pacatolo, C. (2024). Angola: Regime autoritário eleitoral. In Camerlo, M., Pimenta, D., & Ruel, T. (Eds.). *Portugal Ingovernável*, pp. 141-149. Lisbon, Portugal: ICS.
- Cho, W., & Kirwin, M. F. (2007). A vicious circle of corruption and mistrust in institutions in sub-Saharan Africa: A micro-level analysis. Afrobarometer Working Paper No. 71.
- Hope, K. R. Sr. (2016). *African political economy: Contemporary issues in development*. Routledge.
- Lagarde, C. (2018). There's a reason for the lack of trust in government and business: Corruption. International Monetary Fund. 4 de Maio.
- Maka Angola. (2022). Delfins de JES acusados na hora da sua morte. 12 Julho.
- Mbaku, J. M. (2020). *Corruption in Africa: Causes, consequences, and cleanups*. Lexington Books.
- Novo Jornal. (2024). Servico de recuperacao de activos ja tem novo director – perda de confianca levou o pgr a substituir Eduarda Rodrigues. 2 de Outubro.
- Transparency International. (2017). Corruption perceptions index 2017.
- Transparency International. (2022). Corruption perceptions index 2022.
- VOA. (2021). Angola: Supremo tribunal confirmou condenação de 'Zenu' dos santos. 28 de Novembro.
- VOA. (2023). 'Kopelipa' reanima o combate a corrupção. 25 de Novembro.

Carlos Pacatolo é Ph.D. em ciência política, investigador do Centro Sol Nascente do Huambo e investigador principal do Afrobarometer em Angola. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

David Boio é sociólogo, investigador do Centro Sol Nascente do Huambo e investigador principal do Afrobarometer em Angola. Email: davidboio@gmail.com.

Rosania Correia Sabino é gestora assistente de projecto da Ovilongwa para o projecto do Afrobarometer. Email: rossanamilonia@hotmail.com.

O Afrobarometer, uma empresa sem fins lucrativos com sede no Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária. A coordenação regional dos parceiros nacionais em cerca de 35 países é assegurada pelo Ghana Center for Democratic Development (CDD-Gana), pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) da South Africa e pelo Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi no Kenya. A Michigan State University, the University of Cape Town, e a University of Malawi prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro ao Afrobarometer é fornecido pela Suécia através da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através do Instituto da Paz dos Estados Unidos, pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento através do Projeto Think Africa do Banco Mundial, a Fundação Mo Ibrahim, a Open Society Foundations - Africa, a Luminare, a Fundação William e Flora Hewlett, a Fundação Bill & Melinda Gates, a Fundação Mastercard, a Fundação David e Lucile Packard, a Comissão da União Europeia, o Grupo do Banco Mundial, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Uganda, a Embaixada da Suécia no Zimbabué, o Centro Global para o Pluralismo e a GIZ.

Os donativos ajudam o Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer um donativo para o Afrobarometer. Para fazer um donativo online, por favor siga esta ligação ou esta ligação. Para discutir o fundo institucional contacte o Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou a Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org).

Para mais informações, por favor, visite www.afrobarometer.org.

Siga as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 906 | 22 de Novembro 2024